

ECONOMIA

Brasil

O cenário do Brasil do futuro não deve ser necessariamente sombrio. As incertezas podem se transformar em novo surto de prosperidade, desde que sejam preenchidas determinadas condições.

Por RUBENS RICÚPERO

BRASIL, ANOS 90: DESAFIOS E INCERTEZAS.

As ameaças ao País, na próxima década: acesso à tecnologia com restrições sempre maiores, paralisa dos investimentos internos e estancamento do fluxo de capitais externos. Essas dificuldades não são, entretanto, insuperáveis, graças à vitalidade e ao dinamismo da economia brasileira.

O panorama econômico internacional do fim dos 80 e início dos 90 se apresenta muito mais cheio de desafios e incertezas do que 20 ou 30 anos atrás em relação às condições para o desenvolvimento. Tanto no período dos "50 anos em 5" da era Kubitschek como na fase do "milagre brasileiro", entre 1967 e 1973, o que havia de comum com o momento atual era uma economia e um comércio internacionais em rápida expansão. O que é novo agora é a interrupção e inversão antinatural dos fluxos espontâneos de financiamento; a paralisa dos investimentos internos, o redirecionamento dos capitais externos, as restrições sempre maiores para o acesso à tecnologia, as ameaças provenientes do unilateralismo comercial ou da formação de blocos.

Não obstante, desde que o meio ambiente internacional conserve nos próximos anos seu impulso de crescimento, as dificuldades não parecem insuperáveis para uma economia dotada da vitalidade básica e com a tradição de dinamismo que fizeram da economia brasileira a de melhor desempenho dentre as 10 maiores, ao longo de 117 anos, como se vê no quadro.

Para isso, pode-se imaginar um cenário talvez otimista mas de forma alguma ineqüívoco e que seria o resultante de ações e políticas, árduas mas não fora de nosso poder de decidir e agir, como as indicadas a seguir sem ânimo exaustivo.

1 - O restabelecimento por meios políticos democráticos (como se fez em Israel e na Bolívia) de um **consenso interno mínimo** capaz de permitir uma efetiva política de **ajuste macro-econômico** que: A) **reduza** substancialmente a **inflação** através, entre outros meios, de um entendimento entre os setores sociais (como se está fazendo no México); b) **crie** condições favoráveis à **retomada dos investimentos** por parte das empresas privadas em situação de liquidez (a maioria) e c) **promova** o **saneamento do setor público**, cortando o déficit, restaurando a capacidade de poupança e investimento, reduzindo a ineficiência, o desperdício de recursos, a presença excessiva e supérflua do Estado em muitos setores da produção, reprivatizando as áreas possíveis.

2 - A restauração de um **fluxo positivo e crescente de recursos externos** tanto sob a forma de **créditos** como de **capitais de risco** através de uma estratégia em duas direções: do lado da **dívida**, **diminuir** significativamente, nas futuras negociações, o **principal** e o peso do **serviço dos juros**, removendo paralelamente os estrangulamentos (ecológicos, de energia nuclear etc) impeditivos de empréstimos do Banco Mundial, do BID e outras agências; do lado dos **capitais de risco**, além do estímulo natural representado

pelo saneamento e estabilidade da economia, adotar uma **política seletiva de atração** de investimentos para setores necessitados de modernização, com a meta de fazer a contribuição da poupança externa voltar ao nível de 3% da taxa nacional de investimento como fase de crescimento rápido dos 60 e 70.

3 - O reavivamento da **política industrial** por meio de um esforço sistemático de **reequipamento** e **atualização tecnológica** de setores ameaçados de **obsolescência** (lembrar, por exemplo, que no setor têxtil onde exportamos US\$ 1,2 bilhão e no siderúrgico que liderou, com quase US\$ 4 bilhões, nossas vendas externas no ano passado, os americanos, japoneses e europeus estão em vias de provocar uma reviravolta nas vantagens comparativas de competição através da aplicação maciça da informática, da automação e dos robôs aos processos produtivos, o mesmo acontecendo em outras indústrias tradicionais como a de calçados). Impõe-se, nesse campo, um esforço lúcido de revisão dos métodos clássicos de política industrial adotados no passado. A abordagem dos anos 50, que conduziu à implantação da indústria automobilística (o processo de substituição de importações mediante proibições e barreiras tarifárias e o domínio do setor por capitais estrangeiros) ou a reserva de mercado para a informática (voltada para a ocupação do mercado interno por empresas de controle nacional e caracterizada por extensa atomização da produção em nome da competição) são fórmulas que oferecem inconvenientes a corrigir. Enfrentam, por outro lado, um meio ambiente internacional extremamente hostil e menos disposto à tolerância, o que já vem gerando retaliações e ameaças não-negligenciáveis dada a nossa dependência de alguns dos mercados onde a reação se faz sentir de forma mais sensível.

Não existem, neste particular, fórmulas unívocas de aplicação e validade universais. O próprio estudo da experiência dos quatro novos países asiáticos de industrialização recente ensina que a diversidade de abordagens é a regra e não a exceção.

A Coreia do Sul, por exemplo, teve êxito com a implantação da indústria eletrônica através de política governamental que favoreceu a concentração em conglomerados gigantes, os quais, após comprarem, numa primeira fase, tecnologia, sobretudo japonesa, logo se mostraram em condições de investir pesadamente no desenvolvimento de tecnologia própria para a conquista prioritária de mercados estrangeiros. Em contraste, Taiwan recorre com mais ênfase a empresas nacionais pequenas e médias, enquanto Cingapura atingiu igual sucesso na exportação graças às empresas multinacionais. O traço comum a esses países de cultura confuciana é o pragmatismo, a flexibilidade, a ausência de dogmatismo ou rigidez doutrinária e ideológica e a capacidade de adaptação às circunstâncias cambiantes e de aproveitamento das oportunidades.

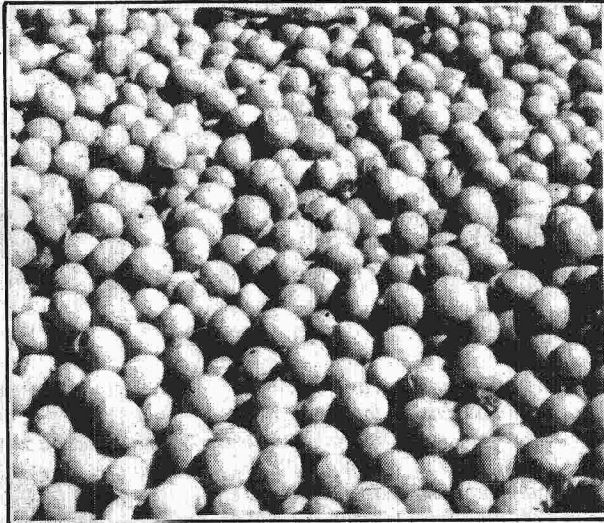
Tudo isso pareceria sugerir que se explorem sobretudo modelos cooperativos de associação e não de exclusão do capital estrangeiro, como se fez com sucesso, por exemplo, no desenvolvimento de projetos comuns com empresas europeias na indústria de armamentos e na aeronáutica (o projeto AMX com a Itália).

4 - A **manutenção e a acentuação do dinamismo do comércio exterior**, uma das raras exceções brilhantes no comportamento recente da economia brasileira. O desempenho igualmente alentador da agropecuária permite esperar que, no complexo soja e no suco de laranja, onde atingimos o lugar de 2ºs. maiores exportadores, assim como na carne, as perspectivas sejam promissoras, o que pode ser também verdade de outros produtos agrícolas, minerais (estanho) e florestais (celulose e papel).

Embora o Brasil tenha demonstrado nos últimos anos sua capacidade de gerar saldos comerciais gigantes (em contraste com outros países endividados) e de expandir constantemente tanto suas exportações de produtos primários como de manufaturados, a porcentagem da participação brasileira no total das exportações



Coreia do Sul: 40% do total dos estudantes secundários em escolas vocacionais.



A criatividade dos brasileiros: adaptação da soja e produção de frutas para exportação em áreas irrigadas.

mundiais é ainda muito reduzida (1,1% em 1987 e 1,2% em 1988) e inferior à de países como a Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Suíça etc. Não parece irrazoável, por exemplo, que o Brasil dobre seu nível atual de vendas, chegando ao total (US\$ 60 bilhões) atual de vendas, chegando ao total (US\$ 60 bilhões) exportado pela Coreia, país de superfície e população muito inferiores ao nosso. Esse tipo de meta permitiria por si só que encolhesse de forma apreciável o peso do serviço da dívida em relação ao volume de nossas exportações.

Não se chegará, contudo, a esse resultado se não houver logo **retomada dos investimentos**, pois boa parte do desempenho exportador atual é explicado pelo pesado esforço de inversões feito na segunda metade dos 70 (petróleo, eletricidade, alumínio, aço, petroquímica, papel e celulose). É óbvio que o esforço não poderá limitar-se ao lado das exportações, sob pena de sacrificar-se ainda mais a já grave situação de defasagem tecnológica de nossa planta industrial.

A prostração da economia brasileira e sua inapetência por investimentos explicam no ano passado que, em volume, a queda das importações (exceto o petróleo) fosse de 11,4% (em valor foi de 2,9%) e que, mesmo com a inclusão do petróleo e do trigo, nosso coeficiente de importações em relação ao PIB tivesse sido de apenas 4,15%, sem dúvida um dos mais impressionantes índices de fechamento entre as economias de mercado. O ideal é que o saldo necessário para fazer face ao serviço da dívida não só seja reduzido por obra de uma renegociação futura, mas que ele se torne o resultado da expansão das exportações e não da contenção das importações.

O **aumento das importações** terá efeitos benéficos ao conjunto da economia, possibilitando a aquisição de bens de capital modernos e abrindo a economia a uma competição saudável que permita combater privilégios e monopólios de setores superprotegidos, com impacto favorável sobre o nível dos preços internos e a qualidade dos bens oferecidos ao consumidor. Será, ao mesmo tempo, uma contribuição indispensável para desarmar as ameaças de retaliações que só não se tornaram inteiramente realidade porque as negáveis limitações da dívida têm-nos valido de proteção e atenuante.

Ao lado do crescimento das importações, deve-se tentar reduzir a vulnerabilidade através de uma **maior diversificação de mercados**. O desejável, nessa área, seria não concentrar em nenhum mercado individual mais do que 20% das vendas, o que já se encontra largamente superado, em nosso caso, em relação aos EUA e à Comunidade Econômica Europeia. Um eventual ajuste brusco do déficit comercial americano ou um fechamento do mercado europeu após 1992 poderiam, assim, causar-nos transtornos graves. Nos anos 30, a impotência do Reino Unido (que importava pouco de nós) em retaliar contra o Brasil após a moratória de 1937 deveria ter-nos ensinado que, quanto maior o saldo, maior a vulnerabilidade. Essa é a lição que estão aprendendo os países ameaçados pela seção 301 da lei comercial americana, todos detentores de polpidos saldos bilaterais com os E.U. (Japão, Taiwan, Coreia do Sul). O argumento de que somos deficitários na balança global, pois transferimos todo o nosso saldo em pagamento de juros, lucros ou serviços, não oferece infelizmente uma defesa confiável.

Daí a importância do aumento das exportações brasileiras aos países asiáticos no ano passado (até agosto elas haviam crescido de 130% em relação aos 4 tipos; outra grande novidade foi o fato de que, tomadas em conjunto, as nações asiáticas, inclusive o Japão, passaram a ocupar a posição de O\$ maior mercado para o Brasil, com participação de 13,2%, superando a Aladi, com 11,09%) e a atenção que se deve prestar à recuperação do comércio com a América Latina (o programa de integração com a Argentina, por exemplo) e com os demais países em desenvolvimento.

5 - O **reforço da capacidade de gerar tecnologia** própria ou de **transferir** a alheia através da associação ou de "joint ventures".

Embora a atmosfera tecnológica venha se tornando sempre mais rarefeita, à medida que os países centrais se elevam a estágios cada vez

mais altos de sofisticação, ficam pelo caminho alguns nichos ou oportunidades suscetíveis de aproveitamento.

Na indústria de armamentos ou na aeronáutica, por exemplo, nosso êxito se deveu em parte à colaboração estrangeira (sob a forma de tecnologia ou componentes) e em parte ao fato de que pudemos ocupar uma faixa de tecnologia intermediária. O fato é que existe e provavelmente continuará a existir uma demanda por produtos e serviços menos sofisticados (como os carros de combate exportados para países em desenvolvimento ou certas técnicas de construção de rodovias ou hidrelétricas). No setor de celulose e papel, o Brasil foi capaz de desenvolver tecnologia própria a partir de madeiras de fibra curta como o eucalipto.

Outros países tiveram êxitos comparáveis a nós, pois também se relacionam a uma vantagem particular em matéria de recursos naturais ou climáticos. É o caso, por exemplo, do Chile, que se está convertendo, em poucos anos, no maior criador e exportador de salmão do Pacífico (volume de vendas de mais de US\$ 400 milhões) ou do Equador, com a criação de camarões. A criatividade brasileira já fez também suas provas em algumas outras atividades como a do uso do álcool para combustível (apesar de controvertida em termos econômicos) e da produção em áreas irrigadas de frutas para exportação (ou do desenvolvimento pela Embrapa de variedades de soja adaptadas a condições tropicais).

Nada disso é, todavia, capaz de ocultar as imensas dificuldades para tentar acompanhar as tecnologias de ponta que irão produzir os ganhos mais substanciais e ditar a nova hierarquia mundial. Se não quisermos ficar totalmente à margem dessa competição, será imperioso destinar à pesquisa e ao desenvolvimento uma parcela muito mais expressiva do PIB do que o irrisório gasto atual, velando, ao mesmo tempo, para impedir o desperdício desses recursos como hoje permitimos que aconteça através do empreguismo estéril e dispendioso de parcela considerável do nosso sistema universitário. Não se deverá deixar de explorar nenhuma oportunidade de obter colaboração, seja de firmas privadas estrangeiras, por meio de esquemas atrativos de participação, seja de outros governos de países industrializados ou não (dentre os últimos, a Argentina e a Índia seriam, por exemplo, parceiros valiosos em muitos campos).

Um dos traços distintivos dos bons momentos do desenvolvimento brasileiro sempre foi a capacidade de promover a **diversificação dos parceiros**, explorando-se a **competição** entre as economias de mercado para delas obter investimentos, créditos, tecnologia ou acesso a mercados. Foi assim nos anos 30 com Vargas em relação ao comércio (EUA, Alemanha), com Kubitschek na

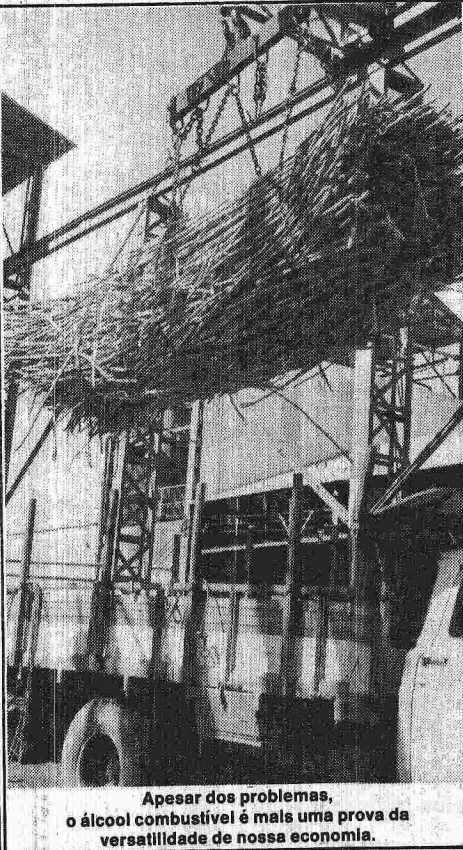
década de 50 (Europa, EUA) e até na fase do endividamento (bancos europeus, americanos, japoneses), na busca da tecnologia nuclear junto à Alemanha Ocidental (o acordo nuclear de 1975) etc. Ao mesmo tempo que se tenta restaurar as condições internas para crescer, deve-se empreender um esforço para identificar no cambiante cenário internacional de hoje as oportunidades de diversificações, junto ao Japão, à Itália (dois dos países com mais alta taxa de poupança), dos neo-industrializados da Ásia, de outras economias avançadas como as escandinavas, a Suíça, a australiana etc.

Por último, não se poderá adiar indefinidamente a solução dos problemas básicos de educação e saúde e a correção dos desequilíbrios distributivos, se desejarmos de fato melhorar a qualidade de nossos recursos humanos. De que forma se poderá, por exemplo, continuar a competir no mundo moderno se, enquanto a Coreia do Sul atinge o índice de 89% da população dotada de educação secundária (contra 80 a 85% em muitos países industrializados), o Brasil ostenta um esquelido 18%? E isso sem falar nos milhões de crianças que nem sequer chegam à escola primária ou sem examinar a qualidade do ensino ministrado, o quase desaparecimento do ensino profissional* etc.

O modelo de desenvolvimento dos anos do "milagre" desprezava os investimentos sociais, preferindo-lhes os supostamente mais produtivos ou de retorno mais rápido em infra-estrutura ou plantas industriais. Numa visão do processo de desenvolvimento como uma sucessão de etapas claramente ordenadas no tempo, acreditava-se que, uma vez atingido níveis quantitativos adequados de produção, todas as demais etapas, educação, saúde, proteção ecológica, distribuição da renda, seriam atendidas de forma automática e satisfatória. A ingenuidade desse projeto não resistiu à crise e hoje nos damos conta de que a solução desses desafios sociais e humanos não pode esperar pelo desenvolvimento material mas é, se não sua condição prévia, ao menos uma exigência que deve ser atacada simultaneamente.

A enumeração de tantos e tão intratáveis problemas talvez acarrete o desânimo e a perda de esperança. E, no entanto, a maioria deles é sobretudo de natureza política e depende da vontade e da ação dos homens, não de limitações materiais insuperáveis. Outros povos semelhantes ao nosso soberaram enfrentá-los e foi por isso que procurei buscar meus exemplos num universo cultural e humano de nível não muito disparatado em relação a nós. O povo que se sacrificou para construir em poucas décadas uma das bases industriais mais extensas e complexas do mundo moderno, que edificou Brasília e Itaipu, uma rede impressionante de centros urbanos e de infra-estrutura material, não será capaz de alçar-se à altura desse desafio?

O autor é embalador e representante do Brasil no GATT. Pronunciou essa palestra, da qual publicamos uma versão condensada, no seminário sobre política industrial realizado em Brasília, em maio último.



Apesar dos problemas, o álcool combustível é mais uma prova da versatilidade de nossa economia.

Fases do Desenvolvimento

(Taxa média anual de crescimento do PIB a preços constantes)

	1870-1913	1913-50	1950-73	1973-87
Franga	1,6	1,1	5,1	2,2
Alemanha	2,8	1,3	5,9	1,8
Japão	2,5	2,2	9,4	3,7
Reino Unido	1,9	1,3	3,0	1,6
EUA	4,2	2,8	3,7	2,5
Média Aritmética	2,6	1,7	5,4	2,4
Média Ponderada	2,9	2,2	4,6	2,6
Brasil	2,3	4,9	7,5	4,9
China	1,0	0,2	6,2	7,1
Índia	0,6	0,7	3,7	4,5
México	2,0	2,7	6,6	3,5
União Soviética	2,5	2,5	5,1	1,7
Média Aritmética	1,7	2,2	5,8	4,3
Média Ponderada	1,2	1,6	5,4	4,0
Total				
(Média Aritmética)	2,4	2,1	5,6	3,4
(Média Ponderada)	2,1	2,0	4,9	3,2